



## **Tradução não oficial do Policy Brief elaborado pelo GT 2 - Sistemas Alimentares, Fome e Pobreza. <sup>1</sup>**

A comida é o sustento universal que conecta toda a vida na Terra. O Civil20 defende que os países do G20 priorizem a transformação dos sistemas alimentares, desde a produção até o consumo. O G20 também deve garantir a realização do direito humano à alimentação adequada, assegurando que todas as pessoas tenham acesso a uma dieta acessível, saudável, nutritiva e segura, ao mesmo tempo em que enfrentam as ameaças da urbanização e padronização das dietas. Isso exige instrumentos de políticas e programas em larga escala nos países, em conformidade com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), e reconhecendo as conexões entre a mudança para uma dieta baseada em alimentos vegetais saudáveis e nutritivos, a melhoria da segurança alimentar e nutricional, a redução de doenças não transmissíveis e a adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Convidamos os líderes do G20 a abordar e se comprometer com as seguintes recomendações:

- 1. Remover as barreiras sistêmicas que contribuem para a pobreza e a violência, por meio de:**
  - a. Garantir o acesso aos direitos básicos à alimentação, saneamento, saúde, educação, moradia, transporte, segurança pública, energia e comunicação, além de reduzir as desigualdades socioespaciais para comunidades urbanas carentes e populações rurais, levando em consideração suas especificidades em toda a sua diversidade.
  - b. Reconhecer a primeira infância como uma fase crucial para o desenvolvimento pleno e saudável, sublinhando a relevância da nutrição, especialmente para mulheres e crianças menores de 2 anos, incluindo diagnóstico precoce e nutrição especial.
  
- 2. Desenvolver políticas públicas para garantir a segurança alimentar e nutricional e promover a agroecologia, alinhadas com sistemas agrícolas regenerativos.**
  - a. Restringir a publicidade e o marketing de alimentos não saudáveis.
  - b. Orientar as políticas de compra de alimentos para dietas saudáveis, sustentáveis e diversificadas, incluindo a priorização de aquisições de pequenos produtores.
  - c. Reduzir a dependência da agricultura comercializada, quimicamente intensiva e de alto consumo energético.
  - d. Oferecer suporte financeiro e técnico para a agroecologia, diversificação agrícola,

---

<sup>1</sup> Mais de 200 membros de mais de 15 países se reuniram no Grupo de Trabalho "Sistemas Alimentares, Fome e Pobreza" para discutir e elaborar as recomendações apresentadas a seguir.

conservação da biodiversidade agrícola e agricultura regenerativa e resiliente, especialmente no Sul Global, enquanto implementa isenções fiscais para alimentos in natura e minimamente processados, e aumenta a tributação sobre alimentos ultraprocessados.

e. Promover práticas como agricultura comunitária, silvicultura e compartilhamento de recursos hídricos.

f. Regular a mudança de uso de terras agrícolas para usos não agrícolas, para garantir que isso não comprometa a segurança alimentar e nutricional global, e assegurar a disponibilidade de relatórios de planejamento de uso da terra no domínio público.

g. Promover o acesso equitativo à terra, controle e segurança de posse, com atenção especial para minorias raciais e étnicas, povos indígenas, pessoas de ascendência africana, africanos, asiáticos, pessoas de ascendência asiática, migrantes, refugiados, ciganos, dalits, populações sem-terra e sem-teto, mulheres e meninas, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, incluindo pessoas autistas, e aqueles com outras condições de saúde, como pessoas vivendo com HIV e demência, e outros grupos em situações vulneráveis.

h. Investir em pequenas propriedades agrícolas, muitas das quais são lideradas por mulheres, para diversificar a produção e implementar soluções agrícolas regenerativas.

**3. Desenvolver um Plano Global para Segurança Alimentar, Nutrição e Soberania em relação à Adaptação e Resiliência Climática para prevenir crises, fornecer financiamento adequado e mecanismos de responsabilidade, enfrentar a dívida insustentável e medir o impacto social e ambiental da produção de alimentos, com mecanismos de coordenação formal e responsabilidade.**

a. Aumentar o investimento público de longo prazo e mobilizar recursos públicos baseados em doações para países do Sul em áreas críticas, como sistemas alimentares e adaptação climática.

b. Garantir que intervenções domésticas relacionadas aos sistemas alimentares promovam múltiplos avanços positivos em saúde, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico.

c. Garantir o respeito e a proteção da soberania alimentar de outras nações, e assegurar coerência política dentro dos fóruns multilaterais existentes que abordam a segurança alimentar e a nutrição.

d. Garantir que as estruturas de governança abordem conflitos de interesse entre o setor privado e os titulares de direitos humanos.

e. Priorizar terras agrícolas para culturas indígenas e tradicionais e sistemas de cultivo, como culturas locais e biodiversas.

**4. Desenvolver um mecanismo interministerial para uma Política de Uma Só Saúde para uma abordagem holística de alimentos e saúde.**

- a. Estabelecer comitês incluindo representantes dos ministérios relevantes (por exemplo, saúde, educação, agricultura, água, meio ambiente, finanças) para facilitar a coordenação e a tomada de decisões.
- b. Desenvolver planos de ação integrados que descrevam os papéis, responsabilidades e contribuições de cada ministério em direção a uma visão compartilhada e objetivos comuns.
- c. Desenvolver facilitadores e impulsionadores para adotar estilos de vida sustentáveis para a saúde única (One Health).<sup>2</sup>

**5. Priorizar sistemas alimentares diversos e descentralizados e a produção local.**

- a. Promover o consumo de alimentos cultivados, processados, armazenados e com valor agregado localmente e combater a monotonia alimentar promovendo o consumo de produtos frescos, locais, diversos e naturais.
- b. Promover sistemas de integração rural-urbano, incentivos econômicos para a produção e distribuição de alimentos em áreas periurbanas, a construção e preservação de áreas verdes e combater o racismo ambiental.
- c. Oferecer incentivos econômicos para a distribuição de alimentos em comunidades urbanas carentes, adquirir alimentos locais e diversos para o sistema de distribuição pública (PDS) e lojas de preço justo, e incentivar o investimento público na promoção de logística de ciclo curto.
- d. Criar oportunidades econômicas<sup>3</sup> sustentáveis adaptadas às necessidades e recursos locais.

**6. Criar ferramentas políticas para reduzir a perda e o desperdício de alimentos em toda a cadeia de valor.**

---

<sup>2</sup> A Política One-Health para uma abordagem holística de alimentação e saúde envolverá ações coordenadas e colaboração entre vários ministérios governamentais que tratam de questões relacionadas à alimentação, nutrição e saúde de forma abrangente. Essas políticas reconhecem que a saúde é influenciada por uma ampla gama de fatores, incluindo agricultura, saúde, meio ambiente, educação, água, transporte e serviços sociais. O objetivo da política é aproveitar as forças e recursos de diversos setores para o desenvolvimento integral das pessoas e do planeta.

<sup>3</sup> Garantir emprego e autonomia financeira para pessoas em situações vulneráveis e em pobreza exige uma abordagem multifacetada que aborde tanto as necessidades imediatas quanto a sustentabilidade a longo prazo. Incorporar iniciativas de desenvolvimento econômico local dentro da ética da comunidade proporcionará sustentabilidade e resiliência. Pessoas em situação de pobreza são historicamente excluídas dos mercados de trabalho e da educação integrada devido a barreiras sociais e de acessibilidade sensorial, que podem ser agravadas por discriminação racial e de gênero.

- a. Incentivar práticas agrícolas sustentáveis, como agricultura de precisão, manejo integrado de pragas e técnicas de irrigação eficientes em água, para minimizar a perda e o desperdício de alimentos.<sup>4</sup>
  - b. Melhorar a infraestrutura com baixas emissões de gases de efeito estufa e tecnologias de baixo custo ao longo de toda a cadeia de suprimentos alimentares, para aprimorar o armazenamento e o transporte descentralizados.<sup>5</sup>
  - c. Prevenir comportamentos que causam desperdício de alimentos em toda a cadeia de suprimentos.
  - d. Promover a compostagem para desviar restos de alimentos dos aterros sanitários e reduzir os impactos ambientais.
- 7. Incentivar um sistema holístico de práticas agrícolas, em combinação com a pecuária, para criar um sistema de cultivo sinérgico, sustentável e resiliente, promovendo o cultivo diversificado de culturas e forragens.**
- 8. Desenvolver políticas que apoiem a agricultura integrada, incluindo subsídios, doações e incentivos para práticas sustentáveis, além de crédito para pequenos e agricultores marginalizados para a gestão sustentável de pecuária.**
- 9. Incentivar um movimento coletivo para a saúde, segurança e sustentabilidade do solo.**
- a. Apoiar medidas para aprimorar os serviços ecossistêmicos, como polinização, controle natural de pragas e saúde do solo, por meio de cultivo conservacionista, descanso periódico do solo e outras práticas sustentáveis de manejo da terra e de gestão Solo-Água-Cultura.
  - b. Desenvolver mecanismos de monitoramento para regular atividades prejudiciais à saúde do solo.

---

<sup>4</sup> Um terço de toda a comida produzida globalmente, em peso, é perdido ou desperdiçado entre a fazenda e a mesa, totalizando mais de 1 bilhão de toneladas. Convertido em calorias, isso equivale a 24% da oferta mundial de alimentos indo para o lixo, enquanto ao mesmo tempo 1 em cada 10 pessoas no mundo sofre de desnutrição. Esse nível de perda e desperdício de alimentos prejudica não apenas a saúde e a nutrição humana, mas também as economias e o meio ambiente. O alimento desperdiçado representa um custo financeiro significativo para a economia global, superior a 1 trilhão de dólares por ano, além de contribuir para a mudança climática, respondendo por entre 8% e 10% das emissões globais de gases de efeito estufa. (Fonte: WRI, <https://www.wri.org/insights/reducing-food-loss-and-food-waste>)

<sup>5</sup> Práticas de manejo podem ser aprimoradas por meio de investimentos em logística de cadeia fria, instalações de refrigeração, inovações em embalagens e redes de transporte.

**10. Criar ecossistemas amigáveis para agricultores e produtores para desenvolver modelos de empreendimentos comunitários.**

- a. Promover modelos de negócios sustentáveis emergentes para sistemas alimentares, como marketing cooperativo para agricultores, empresas produtoras de agricultores (FPO) e marketing cooperativo no varejo.<sup>6</sup>
- b. Incentivar redes de agricultores, consumidores e fornecedores, organizando e apoiando eventos comunitários.

**11. Desenvolver uma carta que atribua valores, ética e considerações culturais de diversas geografias e comunidades aos sistemas alimentares.**

- a. Integrar a consideração de alimentação, cultura, espiritualidade e geografia nas políticas públicas.
- b. Reviver e proteger o conhecimento tradicional dos sistemas alimentares.
- c. Criar repositórios de práticas culturais intangíveis, meios e medidas, para transmitir o conhecimento através das gerações.

**12. Implementar ações concretas para reduzir as desigualdades socioespaciais e os aspectos multidimensionais da pobreza.**

- a. Criar redistribuição de renda universal e expandir as proteções sociais<sup>7</sup>, observando as necessidades específicas de minorias raciais e étnicas, povos indígenas, pessoas de ascendência africana, africanos, asiáticos, pessoas de ascendência asiática, migrantes, refugiados, ciganos, dalits, populações sem terra e sem-teto, mulheres e meninas, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, incluindo autistas, e aquelas com outras condições de saúde, como pessoas vivendo com HIV e demência, além de outros grupos em situação de vulnerabilidade.
- b. Estabelecer um Fundo Global de Proteção Social para atingir a meta 1.3 dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).
- c. Abordar a falta de disponibilidade de dados para projetar políticas públicas apropriadas.
- d. Permitir a coleta de dados imparcial e robusta, além de garantir transparência.

---

<sup>6</sup> Adotar um modelo cooperativo na distribuição de alimentos oferece vantagens significativas para agricultores e produtores de pequena escala, em termos de acesso ao mercado, eficiência de recursos e sustentabilidade geral. Essa abordagem não só beneficia os membros individuais, mas também confere aos produtores a capacidade de fazer ouvir suas vozes e alcançar poder de negociação. Além disso, aumenta a capacidade de assumir riscos pelos agricultores e proporciona segurança social.

<sup>7</sup> Esquemas de proteção social promovem o crescimento inclusivo e garantem que grupos em situações vulneráveis não fiquem para trás. Ao abordar necessidades imediatas e fomentar melhorias a longo prazo em saúde, educação e estabilidade econômica, esses programas desempenham um papel crucial na construção de sociedades resilientes e equitativas.

- 13. Desenvolver medidas para garantir emprego, sustento e autonomia financeira para pessoas em situação de pobreza, especialmente aquelas que também são impactadas por outros sistemas de opressão, como racismo, discriminação de gênero e capacitismo, incluindo a adoção de leis antidiscriminação e ações afirmativas para educação, sistemas de proteção social e emprego, em todos os países.**
  
- 14. Combater os principais motores da destruição ambiental por meio da implementação de uma regulamentação ambiental eficaz para proteger os recursos naturais, declarar ecossistemas sensíveis e estratégicos como Zonas Proibidas para indústrias extrativas e defender a primazia dos direitos territoriais das comunidades indígenas e tradicionais, a demarcação de terras e a autogovernança de terras, pescas e florestas.**
  
- 15. À Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, recomendamos que:**
  - a. O conjunto de políticas públicas inclua três exemplos brasileiros: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o "Bolsa Família" e uma Cesta Básica baseada na produção agroecológica.
  
  - b. A Aliança Global evite duplicar estruturas e aproveite sinergias, especialmente com o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS).

